

ELEIÇÕES

Constituinte: avançam os "caipiras".

Delfim Neto sente-se "imensamente honrado" com os 100 mil votos que já garantem a ele uma vaga na Constituinte. Mas garantiu que isso não o motiva a aspirações maiores, como a liderança do PDS na Câmara — nem mesmo ocupar o espaço que ficou vago com a derrota de Paulo Maluf ao governo. Delfim reconhece que seu partido passou a enfrentar uma situação mais difícil que antes das eleições, embora negue que o PDS esteja em fase de extinção. Ontem, ao comentar a grande vantagem que o PMDB conseguiu nas urnas, ele apostou num prazo de oito meses para que esses vitoriosos se desprestigiem: "O resultado das eleições é um grande engodo".

Outro que também não ficou muito satisfeito com os resultados eleitorais em São Paulo foi o deputado Ayrton Soares. "Infelizmente, teremos uma bancada caipira", queixou-se ontem durante uma audiência no Planalto com o presidente Sarney. Pela análise de Soares, muitos deputados do PMDB da linha progressista, entre os quais ele se inclui, não chegarão à Constituinte — "serão esmagados pela grande votação caipira do interior do Estado". "O prejuízo é enorme e deverá refletir-se no processo político de São Paulo", lamentou.

Delfim não concorda com a tese de Ayrton Soares. "Os partidos exercerão pouca influência na elaboração da nova Constituição do País", argumentou. E até arriscou o palpite de que a Constituinte poderá forçar a criação de um novo quadro partidário no Brasil. Essa previsão, contudo, segundo Delfim, não impedirá que seu partido se reúna proximamente, para traçar uma nova estratégia para o PDS.

Como sempre, Delfim não perdeu a chance, ontem, de criticar o congelamento de preços — "é um barco que faz água". Mas nada falou sobre o novo pacote do governo,

dizendo que prefere antes fazer uma análise detalhada. E promete desempenhar, na Constituinte, a "tarefa de defender uma economia de mercado e a iniciativa privada".

Bandeiras do Governo

Numa análise profunda do perfil dos políticos na Constituinte, o coordenador de assuntos parlamentares do Ministério da Previdência Social, Ricardo de Campos Nogueira, concluiu que o novo Congresso será composto de 48% de conservadores, 28% de liberais e 24% de progressistas. Para chegar a esses dados, Nogueira desenvolveu um trabalho de pesquisa durante quase um ano. Ele utilizou para isso três parâmetros

A reclamação de Ayrton Soares ao presidente Sarney: os "progressistas" não chegarão à Constituinte, esmagados pelo "voto caipira" e conservador que veio do Interior.



básicos: a votação no Decreto nº 2.065 do arrocho salarial, a emenda Dante de Oliveira e a votação para o Colégio Eleitoral.

Em função de suas pesquisas, Nogueira constatou que dois terços da propaganda desta campanha eleitoral tiveram como bandeira temas previdenciários, principalmente com relação à melhoria do atendimento e à qualidade da assistência médico-hospitalar, além dos valores das aposentadorias e outros benefícios. E, fazendo um balanço das apurações parciais, ele concluiu que 76% dos candidatos elegeram-se, em cima do Plano Cruzado.

O trabalho de Nogueira é tão rico em detalhes que está sendo considerado até

mais completo que o do próprio SNI. Para chegar a isso, ele montou uma central de computação no Ministério da Previdência com ligação com todos os Estados. Através desse levantamento, Nogueira diz que os parlamentares conservadores votarão com o governo nas questões de informática, enquanto os liberais votarão com os progressistas nas questões sociais e políticas mas se juntarão aos conservadores para definir o mandato presidencial.

A renovação do Congresso, segundo essas previsões, será de 52% — dados que ele já tinha em mãos um mês antes das eleições e que fornecia o seguinte quadro dos partidos na Câmara: PMDB (243 deputados), PFL (123), PDS (39), PDT (31), PTB (17), PT (12), PDC (6), PCB (5), PL (3), PSB, PSC e PC do B (2 cada), PS e PASART (1 cada).

Senado

Com os resultados das eleições praticamente definidos, a bancada do PMDB no Senado quase dobrou, passando de 23 representantes para 44. Desse total, oito mantiveram seus mandatos e 36 são novos senadores. O PDS foi o partido que mais perdeu: tinha 15 e ficou reduzido a 5, dos quais apenas 2 foram eleitos neste 15 de novembro. O PFL, que era a segunda bancada, mateve a posição, mas perdeu 6 de seus 22 senadores; agora conta com 16. A seguir vêm o PDT com 2 (perdeu 1), PTB e PDC, cada um com um.

Entre os senadores que permanecem com mandatos para mais quatro anos aparece em primeiro lugar o contingente do PFL (8 representantes), seguido do PMDB (7). Do PDS permanecem Roberto Campos (Mato Grosso) e Virgílio Távora (Ceará). Também ficam e vão integrar a Constituinte Itamar Franco (PL), Jamil Haddad (PSB), Mauro Borges (PDC) e Carlos Alberto (PTB).

O defeito dessa bancada: representar só 25% da população.

isso não tem nenhuma representatividade", ele conclui. A culpa, na sua opinião, foi do próprio sistema e da complexidade das eleições. "As cédulas deveriam ser separadas, uma para os cargos majoritários, outra para os Constituintes." Outra falha: a campanha do TRE no rádio e teve que, ao tentar ensinar o eleitor a preencher a cédula, disse que "cada cidadão tinha um minuto para votar". "Aquilo foi um desastre. As pessoas mais simples acharam que quem não votasse em um minuto seria punido, e votaram apenas nos majoritários ou no partido", afirma Samir Achoa.

Para o candidato do PT, professor Flores-

tan Fernandes, 66 anos, o segundo mais votado do partido à Constituinte, a "questão é muito mais complexa". Na sua opinião, o governo e o atual Congresso tudo fizeram para "confundir" o eleitor, e o fato de a futura Assembléia Constituinte ter pouca representatividade é apenas uma consequência desse "vício de origem". "A legitimidade foi comprometida desde o início. As classes trabalhadoras e os mais humildes terão pouca representatividade, mas acho que isso era o que de fato se pretendia", ele afirma. "Tudo foi premeditado." O professor Florestan enumera o que chama de "perversões": a inexistência de uma Assembléia Constituinte exclusiva que, de quebra, herdará um terço de senadores que não foram eleitos para isso; duas eleições concomitantes, para a Constituinte e o governo do Estado, "confundindo o eleitor"; uma cédula complicadíssima, e o desencanto da população com o atual Congresso. O resultado, ele conclui, é uma Constituinte "sem representatividade, privada das melhores cabeças de esquerda, e sem oposição".

Aureliano Biancarelli

Os deputados constituintes eleitos por São Paulo representarão no máximo 25% da população. Em muitos Estados, essa representatividade deve ser muito menor, e em termos de Brasil não irá além dos 13%. Esses são cálculos do deputado Samir Achoa, do PMDB, que parte de um princípio bastante pessoal: o de que o "deputado Constituinte é aquele escolhido nominalmente pela comunidade para representá-lo" e que na "Constituição, a representação é mais individual do que partidária".

Sua aritmética é a seguinte: entre os votos válidos para deputado estadual e federal — que não passarão de 55% — uma metade deles foi endereçada à legenda, e não ao candidato nominalmente. Uma prova disso: os três deputados federais mais votados, Domingos Afif, Ulysses Guimarães e Lula receberam juntos cerca de 1,6 milhão de votos, o que reduz a média dos outros candidatos eleitos a cerca de 40 a 45 mil — ou a 20 ou 25 mil, considerando apenas os votos nominais. "Num Estado de 30 milhões de habitantes,